

Hilário Franco Júnior

A Idade Média
NASCIMENTO DO OCIDENTE

3ª edição revista e
ampliada

Copyright © 2025 by Hilário Franco Júnior

Editores

Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Assistente Editorial

Josiane da Fonseca Ferreira

Projeto Gráfico

KOPR Comunicação

Impresso no Brasil.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Todos os direitos desta edição são reservados à Editora Madamu

Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP

CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497

www.madamu.com.br

E-mail: leitor@madamu.com.br

Franco Júnior, Hilário, 1948-

A Idade Média: nascimento do Ocidente / Hilário Franco Júnior. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Madamu, 2025.

Inclui referências bibliográficas
ISBN

1. Civilização medieval 2. Europa - História 476-1492
3. Idade Média I. Título.

01-0207 CDD-940.1

Somos como anões sentados sobre ombros de gigantes, vemos melhor e mais longe que eles, não porque nossa vista seja mais aguda ou nossa estatura maior, mas porque somos elevados pela grandeza deles.

Bernardo de Chartres († 1130), citado por João de Salisbury, *Metalogicon*, III, 4, em *Patrologia Latina*, vol. 199, col. 900c

Índices para catálogo sistemático:

1. Europa: Civilização: Idade Média 940.1
2. Idade Média: Europa: História 940.1

Sumário

| | |
|--|-----|
| <i>Apresentação à nova edição</i> | 11 |
| Introdução | 15 |
| Excurso 0 – Há uma Idade Média global? | 31 |
| 1. As estruturas demográficas | 39 |
| Excurso 1 – “O extermínio da raça humana” | 70 |
| 2. As estruturas econômicas | 78 |
| Excurso 2 – A revolução tecnológica ocidental | 108 |
| 3. As estruturas políticas | 115 |
| Excurso 3 – A revolta florentina dos <i>ciompi</i> | 146 |
| 4. As estruturas sociais | 153 |
| Excurso 4 – O individualismo | 184 |
| 5. As estruturas eclesásticas | 192 |
| Excurso 5 – A teocracia papal | 222 |
| 6. As estruturas religiosas | 230 |
| Excurso 6 – Heresia, ficção ou realidade? | 261 |
| 7. As estruturas culturais | 268 |
| Excurso 7 – Imagem e história | 298 |
| 8. As estruturas cotidianas | 306 |
| Excurso 8 – Comer para viver, viver para comer | 336 |
| 9. As estruturas mentais | 343 |
| Excurso 9 – O pensamento analógico | 374 |
| 10. As estruturas civilizacionais | 382 |
| Excurso 10 – As três civilizações medievais | 412 |
| 11. O significado da Idade Média | 415 |
| Excurso 11 – A Idade Média Tardia | 447 |
| Conclusão | 454 |
| Orientação para pesquisa | 456 |

APÊNDICES

| | |
|--|-----|
| A. Glossário | 486 |
| B. Sinopse da civilização medieval | 500 |
| C. Cronologia essencial | 501 |

| | | | |
|--|-----|--|--|
| D. Documentos textuais | | | |
| 1. A Peste Negra em Florença (1348) | 510 | | |
| 2. As máquinas do futuro (c. 1260) | 512 | | |
| 3. A Magna Carta (1215) | 513 | | |
| 4. A sociedade tripartida (1027) | 514 | | |
| 5. <i>Dictatus papae</i> (1075) | 515 | | |
| 6. Depoimento à Inquisição (1321) | 517 | | |
| 7. A morte do rei Artur (c. 1250) | 519 | | |
| 8. Receita de ravioli de carne (1465) | 520 | | |
| 9. O belicismo espiritual das Cruzadas (1124) | 521 | | |
| 10. Uma embaixada italiana em Constantinopla (949) | 522 | | |
| 11. Deus, coincidência dos opostos (1453) | 523 | | |
| E. Documentos figurativos | | | |
| 1. A Dança macabra | 524 | | |
| 2. A revalorização moral do trabalho | 525 | | |
| 3. Coroação de Eduardo III da Inglaterra | 526 | | |
| 4. Uma expressão de individualismo | 527 | | |
| 5. A hierarquia de poderes | 528 | | |
| 6. A evolução da postura de oração | 529 | | |
| 7. Fachada e estrutura da arquitetura românica e gótica | 530 | | |
| 8. Banquete | 532 | | |
| 9. O sacrifício de Isaac | 533 | | |
| 10. A teocracia bizantina | 534 | | |
| 11. O Criador geômetra | 535 | | |
| F. Índice cronológico | 536 | | |
| G. Índice temático | 537 | | |
| H. Índice de outros materiais visuais | 539 | | |
| Esquemas | | | |
| 1. As parcelas camponesas num senhorio | 81 | | |
| 2. Planta ideal de um mosteiro cisterciense | 215 | | |
| 3. As áreas culturais na Idade Média Central | 271 | | |
| 4. Cristo é a Igreja, cada igreja é o Cristo | 310 | | |
| 5. Casa burguesa do século XIV em Montpellier | 324 | | |
| 6. Um logotipo atual de inspiração medieval | 438 | | |
| Gráfico | | | |
| 1. A evolução demográfica de dezoito cidades | 172 | | |
| Mapas | | | |
| 1. Densidades populacionais europeias em 1300 | 50 | | |
| 2. Aumentos percentuais na população europeia entre os anos 200 e 1300 | 52 | | |
| 3. Rotas e produtos do comércio medieval no começo do século XIII | 93 | | |
| 4. Os reinos bárbaros no século VI | 123 | | |
| 5. A partilha de Verdun (843) e os grupos linguísticos | 126 | | |
| 6. O Ocidente religioso | 203 | | |
| 7. A evolução das áreas de influência das duas Igrejas cristãs (1028) | 391 | | |
| 8. A evolução das áreas de influência das duas Igrejas cristãs (1478) | 391 | | |
| 9. O mundo muçulmano (737) | 399 | | |
| 10. A Europa atual, monárquica e republicana | 422 | | |
| 11. Mapa T-O | 494 | | |
| Quadros | | | |
| 1. A Formação das estruturas medievais | 24 | | |
| 2. O sistema trienal | 83 | | |
| 3. Comparativo entre domínio, senhorio e feudo | 89 | | |
| 4. As primeiras compilações jurídicas medievais | 158 | | |
| 5. São Francisco: uma nova espiritualidade | 217 | | |
| 6. Comparativo românico-gótico | 282 | | |
| 7. Os dias da semana | 314 | | |
| 8. As idades do mundo e do homem | 380 | | |
| 9. As conversões em torno do ano mil | 389 | | |
| 10. As três civilizações medievais | 412 | | |
| Tabelas | | | |
| 1. O afluxo populacional germânico | 42 | | |
| 2. Evolução demográfica da Cristandade ocidental | 49 | | |
| 3. Expectativa de vida da camada senhorial inglesa | 57 | | |
| 4. As grandes catástrofes demográficas europeias | 61 | | |
| 5. Evolução da ocorrência de invernos rigorosos | 67 | | |
| 6. Evolução da população mundial | 75 | | |
| 7. A população urbana em 1300 e 1450 | 95 | | |
| Crédito das imagens | 539 | | |
| Sobre o autor | 543 | | |

Apresentação à nova edição

Quando lançamos a primeira edição deste livro, em 1986, foi como resposta ao interesse que começava a haver no Brasil pela história da Idade Média, ainda que com um século de atraso em relação à Europa e algumas décadas em relação aos Estados Unidos, à Argentina e mesmo ao Japão. Aquele novo interesse decorria da crescente compreensão da importância que teve o período medieval na formação da civilização ocidental, da qual nosso país faz parte. Assim, revelava-se estimulante, embora problemático, elaborar uma obra adequada à nossa realidade acadêmica, sem tradição medievalística e distanciada dos grandes centros historiográficos especializados naquela época.

De fato, como tratar assunto tão rico e complexo num número limitado de páginas (decorrência das condições de nossa vida universitária e de nosso mercado editorial)? Naturalmente, não se poderia dar por conhecidos todos os eventos importantes (o que seria desconsiderar a situação em que o aluno chega à universidade), centrando-se apenas na sua análise. Mas tampouco se deveria fazer uma mera descrição dos principais eventos da Idade Média, o que fugiria àquilo que nos parece a razão de ser do estudo da História: a compreensão do passado para se lançar luz sobre a compreensão do presente. Vencidas as hesitações, definido o espírito do livro, partimos para sua elaboração.

Hoje o relançamos, revisto e bastante ampliado, em função de uma dupla constatação. De um lado, o interesse dos brasileiros pela Idade Média não foi um mero modismo. Nestes últimos trinta anos ele se consolidou, atraiu um público fiel aos cursos e palestras sobre o tema, permitiu a tradução de diversas obras importantes sobre o assunto, gerou uma produção nacional de qualidade no setor. De outro lado, vários anos e várias reimpressões depois, parece-nos que a fórmula adotada por este livro mereceu o interesse dos colegas e dos estudantes. Por essa razão, ela foi mantida nesta nova edição.

A concepção do livro não segue a organização tradicional, horizontal, cronológica. Até certo ponto, seguimos a abordagem vertical de Fernand Braudel e suas três durações, estrutural, conjuntural e factual. Desse modo, nosso livro está dividido por estruturas básicas (demografia, economia, política, sociedade, religião, cultura, usos e costumes, mentalidade), cada uma objeto de um capítulo, dentro do qual o assunto é desenvolvido cronologicamente. Esta opção deve-se aos ritmos específicos de cada plano da vida em sociedade, o que uma narrativa linear tem dificuldade em contemplar. A demografia, por exemplo, apresenta tempos fortes e fracos diferentes dos da política ou da economia; as instituições eclesásticas não acompanham passo a passo o sentimento religioso, e assim por diante. Por esse motivo, acontece de certos eventos ou fenômenos serem referidos em mais de um capítulo, embora por ângulos diferentes, para se manter uma relativa autonomia de cada parte, sem prejudicar o fundamental – o sentido de conjunto.

Na verdade, qualquer que fosse a arquitetura adotada, ela implicaria um fracionamento do objeto de estudo, recurso inevitável de análise. Mas acreditamos que num livro para estudantes universitários a habitual narrativa histórica, sequencial, dificulta perceber as simultaneidades dos vários fatos e fenômenos que compõem a vida de qualquer sociedade. Sendo eles de diferentes tipos (institucionais, comerciais, militares, psicológicos etc.), é difícil descrevê-los e interpretá-los na globalidade em que ocorreram. Sem superar, claro, esse obstáculo inevitável, talvez nossa opção minimize o problema. Ainda assim, para que se perca menos a totalidade histórica medieval é recomendável a leitura completa do livro, mesmo quando o interesse imediato for por um aspecto específico. Somente de posse de todos os dados e análises é que se poderá ver melhor as articulações profundas, as linhas evolutivas básicas da Idade Média.

A intenção do livro continua a ser a busca de equilíbrio entre os acontecimentos e suas interpretações. Claro que a escolha tanto de uns quanto de outras será sempre discutível. Contudo, ela não seguiu somente preferências pessoais do autor. O critério básico foi acompanhar, nos limites de um manual, as conquistas e as tendências mais recentes da historiografia especializada. Não deixamos, porém, de apontar algumas divergências e questões polêmicas ou tópicos a serem ainda explorados pelos medievalistas. Tais indicações, apesar de rápidas, ficam como sugestões para eventuais

pesquisas futuras por parte do leitor. Porque – como indica o título do livro – vemos o período tradicionalmente conhecido por “Idade Média” como sendo o do “nascimento do Ocidente”, várias vezes apontamos traços medievais em épocas posteriores à medieval, inclusive a atual.

Para tentar atingir nossos objetivos, a presente edição ganhou dois novos capítulos e em cada um dos onze que compõem o livro foi incluído um excursus (*excursus*, excursão, incursão, digressão, avanço), quer dizer, um pequeno aprofundamento de um tópico do tema abordado nesse capítulo. Para o leitor menos familiarizado com a História Medieval, esse desenvolvimento paralelo pode ser deixado de lado sem prejuízo da compreensão do capítulo. Para os demais leitores, cada excursus pode representar, esperamos, um estímulo para avançar em direção a novas leituras e novas descobertas. Em todo o livro há, ainda, novos esquemas, gráficos, mapas, quadros e tabelas que permitem uma melhor visualização de determinados assuntos. Além disso, a bibliografia da Orientação para Pesquisa foi bastante alargada e modernizada.

Buscando aliviar o texto de definições redundantes a muitos leitores, mas sem esquecer que elas podem ser imprescindíveis a tantos outros, optamos por assinalar tais palavras (na sua primeira aparição dentro de um capítulo) com um asterisco, que indica a existência do respectivo verbete no Glossário colocado no fim do livro (Apêndice A). Glossário que também pode ser usado independentemente do texto, funcionando como uma espécie de minidicionário técnico. Também há um quadro recapitulativo de toda a matéria tratada no livro (Apêndice B) e uma cronologia básica (Apêndice C). Além de centenas de curtas citações de textos medievais usadas ao longo do texto para exemplificar certas descrições e fundamentar algumas argumentações, acrescentamos no fim do livro onze extratos de documentos medievais (Apêndice D). O mesmo fazemos com documentos figurativos (Apêndice E), que não são meras ilustrações, e sim fontes suplementares de informações, daí suas legendas explicativas, e não simplesmente identificadoras das imagens.

Ainda como instrumentos de utilização deste manual temos, além do índice geral dos capítulos, um índice cronológico (F), outro temático (G) e mais um sobre materiais visuais variados (H). Se o leitor desejar conhecer, por hipótese, a economia medieval e sua evolução, basta recorrer ao capítulo correspondente. Se quer ter uma visão de conjunto da Alta Idade Média, deve

consultar o índice cronológico. Se pretender estudar temas como feudalismo, heresias, França etc., deve utilizar o índice temático. Por economia de espaço, e para não dar um tom excessivamente acadêmico a este texto introdutório, não recorreremos às tradicionais notas de rodapé. Contudo, não poderíamos deixar de indicar a origem de uma informação pouco divulgada ou de um argumento original e/ou polêmico.

Para tanto, colocamos entre parênteses um número em negrito que indica a obra citada, referida na Orientação para Pesquisa, seguido de outro número que aponta a página da qual se extraiu aquele dado ou aquela citação. Quando a origem é um artigo de revista especializada, a indicação consta de três números: o primeiro é o do periódico na nossa lista da Orientação para Pesquisa; o segundo, é o do ano de publicação do volume utilizado; o terceiro, o da página em questão. Como nosso texto fornece apenas um contato rápido, mas que pretendemos sólido, com a História Medieval, no final de cada capítulo indicamos uma Bibliografia básica com alguns títulos da Orientação para Pesquisa voltados para o assunto em pauta. Aos interessados em aprofundar o tema, vem a seguir uma pequena Bibliografia complementar com a sugestão de obras mais técnicas, mais especializadas, versando sobre determinados aspectos do capítulo ou do excuro em questão.

Introdução

O (PRE)CONCEITO DE IDADE MÉDIA

Se numa conversa entre homens medievais alguém utilizasse a expressão “Idade Média”, ninguém teria ideia do que se falava. Como todos os humanos de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. No século XII, alguns, como o teólogo Pedro de Blois (c. 1130-1212), designaram-se como *moderni* (como os antigos romanos tinham feito há séculos). Em 1287, o bispo de Exeter referiu-se ao seu século como sendo “tempos modernos” (*moderni tempores*). De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média ou Moderna representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XIV que elaborou tal conceito, nomeado no XV e consagrado no XVI. Ou melhor, tratou-se de um preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado em relação aos séculos localizados entre a Antiguidade Clássica e o século XV. Este se viu, pelo menos na Itália, como o renascimento da civilização greco-latina e, portanto, tudo que estivera entre aqueles dois picos de criatividade artístico-literária (de seu ponto de vista, é claro) não teria passado de um hiato, de um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma idade média.

A Idade Média para renascentistas e iluministas

Em 1336, o italiano Francesco Petrarca falou em *medium tempus*, expressão difícil de interpretar no contexto em que aparece, possivelmente referência a uma situação pessoal mais do que histórica. Entre 1343 e 1345, ele reconhece viver numa época fronteira, olhando ao mesmo tempo para trás e para a frente. Em 1353, afirma de forma mais clara que entre o período dos clássicos

cos, que ele admirava, e uma próxima “idade feliz”, estava seu próprio tempo, tempo do “meio, sujo (*sordes*), nosso tempo de torpeza”. Juízo reforçado pelas catástrofes naturais que presenciou, “males dos quais o gênero humano não é estranho”: em 1343 o maremoto em Nápoles, em 1348 a morte da amada Laura e de amigos devido à Peste Negra, no mesmo ano o seísmo em Verona, em 1349 outro em Roma. O terremoto que testemunhou na Basileia em 1356 marcou-o bastante, levando-o em 1359 a acrescentar àquele período uma qualificação que ficaria célebre, *tenebrae* – surgia o embrião do posterior mito historiográfico da Idade das Trevas. Se ele não chegou a inventar um termo específico para qualificar aquela época, “pior e mais infeliz” que qualquer outra, conceitualmente foi quem lançou a ideia. Na acertada definição de um estudioso, Petrarca foi “o homem medieval que criou a Idade Média” (Baura García: 139).

É com sentido negativo que, em 1469, o bispo Giovanni Andrea Bussi, depois bibliotecário papal, fala em *media tempestas*, literalmente “tempo médio”, mas igualmente, em sentido figurado, tempo de “flagelo”, de “ruína”. Em 1493, o cronista alemão Hartmann Schedel repete a expressão. Com sentido similar, o teólogo e cronista suíço Joachim von Watt emprega *media aetas* em 1537. A ideia de uma época intermédia enraizou-se quando, em 1550, o toscano Giorgio Vasari, numa obra biográfica de sucesso sobre grandes artistas do seu tempo, popularizou o termo *rinascita*. Por contraste com aquele renascimento da arte e da literatura clássicas, ao período anterior colou-se definitivamente as expressões *media antiquitas*, *media tempora*, *media aetas* e *medium aevum*.

Tais rótulos tiveram inicialmente sentido apenas filológico. Eles opunham o século XVI, que buscava na sua produção literária utilizar o latim nos moldes clássicos, aos séculos anteriores, caracterizados por um latim “bárbaro”. Também por fugir aos padrões clássicos, a arte medieval foi vista como grosseira, daí o grande pintor Rafael Sanzio (1483-1520) chamá-la de “gótica”, termo então sinónimo de “bárbara”. Na mesma linha, François Rabelais (1483-1553) qualificou a Idade Média de “espessa noite gótica”. Em 1678, foi ainda com sentido filológico que a expressão *medium aevum* foi usada pelo francês Charles de Fresne Du Cange no seu célebre dicionário do latim medieval (23).

Com sentido propriamente histórico, e sempre depreciativo, a expressão surgiu em vernáculo em 1563 com as críticas do teólogo protestante

inglês John Foxe à Igreja católica, cuja história, entre os anos 700 e 1000, foi rotulada por ele como *Middle Age* (o uso do plural *Middle Ages* é posterior, como no holandês *Middeleeuwen*). Em 1666, um professor alemão da Universidade de Leiden (Países Baixos), Georg Horn, publicou uma História Universal apresentando nova periodização: idade antiga (*vetus*), idade recente (*recentior*) e entre elas uma intermediária (*medium aevum*), começada com a queda do Império Romano (476) e terminada com a de Constantinopla (1453).

Essa divisão temporal foi adotada pouco mais tarde por um professor da universidade alemã de Halle, Christoph Keller (ou *Cellarius*, em latim), na sua *Historia Universalis* em três volumes, um dedicado aos tempos “antigos” (*Historia Antiqua*, 1685), outro aos tempos “modernos” (*Historia Nova*, 1696) e outro à Idade Média. Pela primeira vez um livro era consagrado exclusivamente àquele período – *Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*. Publicado em 1688, em 1724 já estava na 7ª edição, em 1759 na 11ª, indício do sucesso do livro e da expressão “Idade Média”. Suas balizas cronológicas, como se vê pelo título, são 313 e 1453. Com a obra de Keller, o genérico *tempus / tempora* cedeu definitivamente lugar ao mais específico *aevum*: a “época” do meio, a Idade Média, ganhava personalidade historiográfica.

De toda maneira, o sentido mantinha-se: a “Idade Média” teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos, continuado pelos romanos e retomado pelos homens do século XVI. O século XVII, igualmente, entendeu os tempos “medievais” como de barbárie, ignorância e superstição. Não por acaso, começaram com “bárbaros” (germânicos) e terminaram com “bárbaros” (turcos). Os protestantes criticavam aquela época por ter sido de supremacia da Igreja católica. Os apoiantes das poderosas monarquias absolutistas lamentavam aquele período de reis fracos e fragmentação política. Os burgueses capitalistas desprezavam aqueles séculos de limitada atividade comercial e financeira. Os intelectuais racionalistas deploravam aquela cultura muito ligada a valores espirituais.

O século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurou em especial a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média a um racionalismo estrito e o peso político de que a Igreja então

desfrutara. Sintetizando tais críticas, Denis Diderot (1713-1784) afirmou que “sem religião seríamos um pouco mais felizes”. Para o marquês de Condorcet (1743-1794), a humanidade sempre marchou em direção ao progresso, com exceção do período no qual predominou o cristianismo, isto é, a Idade Média.

Para Voltaire (1694-1778), a Idade Média foi um “vasto quadro das demências humanas”. Símbolo disso foram os papas, por isso afirma, irônico, que “é uma prova da divindade do caráter deles terem sobrevivido a tantos crimes”. E resumiu seu sentimento sobre a Idade Média apelidando a Igreja de “a Infame”. O inglês Edward Gibbon (1737-1794), autor de uma monumental história da decadência e queda do Império Romano, insistiu sobre “as trevas e confusões da Idade Média”. Emanuel Kant, na sua maior obra, *Crítica da Razão Pura* (1787), exalta o século anterior pelos progressos nas ciências, “depois de se haver andado tateando na escuridão durante muitos séculos”. No entanto, a Idade Média não foi totalmente abandonada pelo século XVIII, que organizou algumas coleções documentais pioneiras que anunciavam as do século seguinte – sobretudo a *Rerum Italicarum Scriptores* (II).

A Idade Média para os românticos

O Romantismo da primeira metade do século XIX inverteu o preconceito em relação à Idade Média. O ponto de partida foi a questão da identidade nacional, que ganhou forte significado com as conquistas de Napoleão, cuja pretensão de reunir a Europa sob uma única direção despertou em cada região dominada ou ameaçada uma valorização de suas especificidades, de sua personalidade nacional, de sua história, enfim. A nostalgia romântica pela Idade Média fez com que ela fosse considerada o momento de origem das nacionalidades, satisfazendo assim os novos sentimentos do século XIX. Punha-se em xeque a validade do racionalismo, tão exaltado pela centúria anterior, e que levava a Europa àquele contexto de conturbações, revoluções e guerras.

Vista como época de fé, autoridade e tradição, a Idade Média oferecia um remédio à insegurança e aos problemas decorrentes do culto exagerado ao cientificismo. Vista como fase histórica das liberdades, das imunidades

e dos privilégios, ela reforçava o liberalismo burguês vitorioso no século XIX. Vista como período de paixão, exuberância e vitalidade, ela tomava o lugar do equilíbrio e da harmonia na literatura e nas artes, buscados pelo Renascimento e pelo Classicismo do século XVII. A verdade procurada por meio do raciocínio, que guiara o Iluminismo, cedeu lugar à valorização dos sentidos, do instinto, dos sonhos, das recordações. Abundam então obras de ambientação, inspiração ou temática medievais, como *Fausto* (1808 e 1832), de Goethe, *O Corcunda de Notre Dame* (1831), de Victor Hugo, *Ivanhoé* (1820), de Walter Scott, *Tristão e Isolda* (1859) e *Parsifal* (1882), de Wagner.

Essa Idade Média dos escritores e músicos românticos alimentou e foi alimentada pelo neomedievalismo, definido como “veneração” do medieval (160: 45), portanto, distanciado do estudo científico do passado medieval (medievalismo ou medievalística). Embora de caráter diferente, a interpretação dos românticos foi tão preconceituosa quanto a dos renascentistas e dos iluministas. Para estes dois últimos, a Idade Média teria sido uma época negra, a ser banida da memória histórica. Para aqueles, teria sido um período esplêndido, um dos grandes momentos da trajetória humana, algo a ser imitado, prolongado. O historiador inglês Thomas Carlyle declarou, em 1841, que a civilização feudal foi “a coisa mais elevada” que a Europa havia produzido. Tal atração fez o Romantismo restaurar inúmeros monumentos medievais e construir igrejas e palácios neogóticos, inventando detalhes, modificando concepções, criando a sua Idade Média.

Na Inglaterra, por exemplo, graças ao Church Building Act (1818), foram construídas nas décadas seguintes mais de duzentas igrejas de influência gótica. Consciente dessa artificialidade, em 1851 o poeta e pintor inglês Dante Gabriel Rossetti, acompanhado dois anos depois pelo crítico de arte John Ruskin, cunhou o termo “*medievalism*” para denominar formas e conteúdos inspirados pela Idade Média. Essa ainda é a palavra preferencialmente usada na bibliografia anglo-saxã, todavia como em português “medievalismo” designa ambas as coisas, o estudo e a recriação, para evitar confusão – e seguindo a sugestão de um importante estudioso (Eco: 93) – é melhor distinguir medievalismo e neomedievalismo. O primeiro designa a pesquisa científica dedicada àquele período. O segundo, tanto o do século XIX como o atual, serve-se daquela época como pano de fundo para inquietações e idealizações do momento que os formula.

De qualquer modo, após o desdém renascentista / iluminista, a exaltação romântica juntou aos preconceitos anteriores o da idealização, antecipado por Gotthold Lessing (1729-1781): “Noite da Idade Média, que seja! Mas era noite resplandecente de estrelas”. A nova visão sobre a Idade Média não eliminou, contudo, completamente a anterior, como exemplifica o maior historiador da época, Jules Michelet. Na sua *Histoire de France*, ele reservou seis volumes à Idade Média (1833-1844), definida como “aquilo que amamos, aquilo que nos amamentou quando pequenos, aquilo que foi nosso pai e nossa mãe, aquilo que nos cantava tão docemente no berço”. Todavia, nas reedições de 1845-1855, como resultado das dificuldades do presente histórico da França e do próprio Michelet, ele mostra uma Idade Média negativa, reduzida a longo preâmbulo ao século XVI.

No entanto, ao lado dos arroubos românticos o século XIX deu origem ao estudo racional, rigoroso e profissional da Idade Média. Ela passou a ter seus especialistas, *medievalist* em inglês (1853), *médiéviste* em francês (1867), “medievista” em português (1873; “medievalista” é do século XX), para os quais se criaram cátedras universitárias. Os estudos que realizaram estão atualmente em grande parte ultrapassados, contudo aqueles eruditos deixaram um legado historiográfico de peso, a organização de grandes coleções documentais, muito úteis até hoje, apesar de suas imperfeições – a *Monumenta Germaniae Historia* (8), a *Patrologia Latina* (9), a *Rerum Britannicorum Medii Aevi Scriptores* (10), a *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, a *Portugaliae Monumenta Historica*, a *Monumenta Hungariae Historica*, a *Monumenta Poloniae Historica*.

A Idade Média para os séculos XX-XXI

Finalmente, passou-se a tentar ver a Idade Média com os olhos dela, não com os de outros períodos. Entendeu-se que a função do historiador é compreender, não julgar o passado. Logo, o único referencial possível para ver a Idade Média é a própria Idade Média. Com essa postura, e elaborando para concretizá-la novas metodologias e técnicas, a historiografia medievalística deu um enorme salto qualitativo. Sem risco de exagerar, pode-se dizer que ela se tornou uma espécie de carro-chefe da historiografia contemporânea, ao propor temas, experimentar métodos, rever conceitos, dialogar intimamente

com outras ciências humanas. Isso não apenas lhe deu grande prestígio nos meios cultos, como popularizou a Idade Média diante de um público mais vasto e mais consciente do que o do século XIX.

O que não significa que a imagem negativa da Idade Média tenha desaparecido. Não é raro encontrarmos pessoas sem conhecimento histórico qualificando de “medieval” algo que elas reprovam. Pior, a ideia reaparece de tempos em tempos entre políticos, jornalistas e inclusive certos eruditos, para se referir a situações distópicas. Em 1971, o italiano Roberto Vacca, engenheiro e professor universitário em Roma, escreveu um livro prognosticando as dificuldades da sociedade ocidental e intitulou-o *Il Medioevo prossimo venturo*. Em 1993, o francês Alain Minc, jornalista, economista e conselheiro de altas personalidades políticas, chamou de *Le Nouveau Moyen Âge* seu ensaio sobre as indefinições e incertezas do mundo após a desintegração do império soviético. Em 2002, o japonês Akihiko Tanaka, professor de política internacional na Universidade de Tóquio, analisando o sistema mundial concluiu que ele evolui em direção a “algo que se assemelha à Idade Média europeia”, por essa razão intitula seu livro *The New Middle Ages. The World System in the 21st Century*.

Contra essa persistente postura, alguns historiadores procuraram sublinhar a faceta oposta. Em 1946, a francesa Régine Pernoud lançou uma obra de divulgação intitulada *Lumière du Moyen Âge*. Em 2020, o inglês Seb Falk, professor em Cambridge, publicou um livro sobre um episódio da história da ciência no século XIV, chamando a Idade Média, já no título, de *The Light Ages – A Medieval Journey of Discovery*. Bem recentemente, em setembro de 2024, o Festival do Medievo, realizado anualmente em Gubbio (Úmbria, Itália central), teve por tema *Secoli di luce*.

Os tradicionais juízos de valor negativos sobre aquele período parecem recuar. Isso não quer dizer, é claro, que os historiadores dos séculos XX-XXI tenham resgatado a “verdadeira” Idade Média. Simplesmente se entendeu que todo recorte cronológico e qualquer rótulo que se dê a uma fatia do tempo, é procedimento intelectual sem correspondência com o “real”. É nesse sentido que “todo medievista sabe hoje em dia que a Idade Média jamais existiu” (226: 11; 149: 4; 45: I, 537). O olhar que o historiador lança sobre o passado não pode deixar de ser um olhar influenciado pelo seu presente. Numa célebre formulação, “a História é filha de seu tempo”,

por isso cada época tem “sua Roma e sua Atenas, sua Idade Média e sua Renascença” (Febvre: 30).

De fato, a historiografia é um produto cultural que, como qualquer outro, resulta de um complexo conjunto de condições materiais e psicológicas do ambiente individual e coletivo que a vê nascer. Daí a história política ter-se desenvolvido nas cidades-Estado gregas, a história hagiográfica nos mosteiros medievais, a história dinástica e nacional nas cortes monárquicas modernas, a história econômica no ambiente da industrialização dos séculos XIX-XX, a história das mentalidades no contexto das inquietações e esperanças da segunda metade do século XX. Desse modo, a despeito de o século XXI estar fazendo uma História Medieval baseada em maior disponibilidade de fontes e em técnicas mais rigorosas de interpretação dessas fontes, não se pode afirmar que realiza a leitura definitiva da Idade Média.

Feitas essas ressalvas obrigatórias, o que devemos entender por Idade Média no atual momento historiográfico? Trata-se de um período da história europeia de cerca de um milênio, embora suas balizas cronológicas continuem sendo discutíveis. Seguindo uma perspectiva específica (às vezes política, às vezes religiosa, às vezes econômica), já se propôs como ponto inaugural da Idade Média 313 (liberdade de culto aos cristãos), 330 (fundação de Constantinopla), 392 (cristianismo religião oficial), 476 (deposição do último imperador romano) e 698 (conquista muçulmana de Cartago). Para seu término, já se pensou em 1453 (queda de Constantinopla e fim da Guerra dos Cem Anos), 1492 (descoberta da América), 1517 (início da Reforma Protestante) e 1789 (Revolução Francesa). A rigor, essas datas têm pouco valor porque dificilmente um evento isolado encerra ou inaugura todo um período histórico.

A tomada de consciência de que importam as dinâmicas, os processos, a evolução das sociedades, não encerrou, porém, os debates. Por exemplo, no mesmo ano (2005), no mesmo país (Inglaterra) e pela mesma editora (Oxford University Press), surgiram dois importantes livros sobre a sempre controversa passagem da Antiguidade para a Idade Média. Para Bryan Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the End of Civilization*, o fim político do Império Romano representou uma ruptura histórica completa, enquanto para Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages, 400-800*, aquele acontecimento não quebrou a continuidade socioeconômica entre o mundo mediterrâneo de antes e de depois.

Como o período que se convencionou chamar de Idade Média abarca muitos séculos em extenso território, seus traços definidores não foram iguais em todo momento e em todo local. Torna-se necessária uma subdivisão em fases que apresentam certa unidade interna, se bem que não possam dar conta de toda a complexidade do quadro histórico. Por isso a terminologia varia conforme as diferentes tradições historiográficas (no interior das quais as datações não são consensuais), que às vezes se contradizem. A adjetivação “alta” Idade Média indica a fase mais rica, do século XI ao XIII, para ingleses (*High Middle Ages*) e alemães (*Hochmittelalter*), porém é a fase anterior, séculos V-X, que recebe tal qualificação para franceses (*Haut Moyen Âge*), italianos (*Alto Medioevo*), espanhóis (*Alta Edad Media*), brasileiros e portugueses.

Diante disso, a periodização que propomos a seguir é somente mais uma, a que nos parece mais adequada à maneira como montamos este livro, isto é, buscando a compreensão das estruturas (e não dos eventos) medievais. Se não, vejamos. O período que se estendeu de princípios do século IV a meados do VIII sem dúvida apresenta feição própria, não mais “antiga” e ainda não claramente “medieval”. Apesar disso, preterindo o velho rótulo de Antiguidade Tardia (184, 242), preferimos falar em Primeira Idade Média, porque, sendo um período de transição, mais do que seu ponto de partida, importa deixar marcado seu ponto de chegada. Nele teve início a convivência e a lenta interpenetração dos três elementos históricos que comporiam todo o período medieval. Elementos que, por isso, chamamos de Fundamentos da Idade Média – a herança romana, a contribuição germânica, o cristianismo.

O legado romano não foi tanto o da época clássica, e sim aquele decorrente da profunda crise do século III, quando o Império Romano tentou sobreviver por meio de importante reestruturação que não impediu (e algumas vezes até acelerou) sua decadência, mas cujos traços essenciais permaneceriam vigentes por séculos. Foi o caso, entre outros – veja-se o quadro abaixo – do caráter sagrado da monarquia, da aceitação de germanos no exército imperial, da petrificação da hierarquia social, do crescente fiscalismo sobre o campo, do desenvolvimento de uma nova espiritualidade que possibilitou o sucesso cristão. Em suma, Roma não deixou de ser Roma, porém ganhou outras feições. Ela não caiu, transformou-se.

| Aspecto | Manifestação | Resultante |
|----------------|--|--|
| Demográfico | A crise do século III Recrudescimento de epidemias Migrações internas | As estruturas pré-medievais Fixação da população no campo = colonato |
| Econômico | Recuo da mão de obra escrava Queda na produção | Colonato; tendência à autossuficiência Intervenção estatal; corporações |
| Monetário | Inflação | Dirigismo estatal = Edito do Máximo (301) |
| Político | Militarização do poder | Divisão do Império = Tetrarquia (284) |
| Institucional | Anarquia militar Crescente autonomia das províncias | Cristianização do poder = imperador convoca o primeiro Concílio Ecumênico (325) Nova capital = Constantinopla (330) |
| Militar | Pressão germânica | Contratação de tribos bárbaras = germanização do exército romano |
| Social | Êxodo urbano Hereditariade das funções Fim do assistencialismo (pão e circo) | Ruralização Enrijecimento das hierarquias sociais Aumento das distâncias sociais |
| Cultural | Esterilidade | Respeito excessivo às autoridades Simplificação dos padrões culturais |
| Religioso | Aumento da descrença Sucesso dos cultos orientais | Cristianismo = Permitido (313) / Oficializado (392) |
| Psicológico | Fatalismo, desânimo | Cristianismo = esperança em outra vida |

Quadro 1 – A formação das estruturas medievais

Nesse mundo em transformação, a penetração germânica intensificou as tendências estruturais anteriores, sem alterá-las. Foi o caso da pluralidade política substituindo a unidade romana em desagregação, da concepção de obrigações recíprocas entre chefe e guerreiros, do deslocamento para o Norte do eixo de gravidade do Ocidente*, que perdia seu caráter mediterrânico. O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que, ao fazer a síntese daquelas duas sociedades, forjou a unidade espiritual, característica essencial da civilização medieval. Isso foi possível pelo caráter da Igreja nos seus primeiros tempos. De um lado, ela negava aspectos importantes da civilização romana, como a divindade do imperador, a hierarquia social, o militarismo. De outro, ela era um prolongamento da romanidade, com seu caráter universalista, com o cristianismo tornado religião do Estado, com o latim que, por intermédio da evangelização, foi levado a regiões antes inatingidas.

Completada essa síntese, a Europa católica entrou em outra fase – a Alta Idade Média (meados do século VIII–fins do X). Foi então que se atingiu, ilusoriamente, uma nova unidade política com Carlos Magno, sem interromper as fortes e profundas tendências centrífugas vindas da fase anterior e que levariam posteriormente à fragmentação feudal. Para alcançar essa efêmera unidade, a dinastia carolíngia precisou ser legitimada pela Igreja, que pelo seu poder sagrado considerava-se a única e verdadeira herdeira do Império Romano. Em contrapartida, os soberanos carolíngios entregaram um vasto bloco territorial italiano à Igreja, que dessa forma se corporificou e ganhou condições de se tornar uma potência política atuante. Ademais, dando força de lei ao antigo costume do pagamento do dízimo* à Igreja, os Carolíngios vincularam-na definitivamente à economia agrária da época.

Graças a esse temporário encontro de interesses entre a Igreja e o Império, ocorreu uma certa recuperação econômica e o início de uma retomada demográfica. Começou então a expansão territorial cristã sobre regiões pagãs – que se estenderia pelos séculos seguintes – reformulando o mapa civilizacional da Europa*. Por fim, como resultado disso tudo, completou-se a conversão do latim nos idiomas neolatinos, surgindo em fins do século X os primeiros textos literários em língua vulgar. Mas a fase terminaria em crise devido às contradições do Estado Carolíngio, a uma nova onda de invasões (*vikings*, muçulmanas, magiares) e ao decorrente retrocesso econômico – “de meados do século IX a meados do X dá-se o colapso total da economia europeia” (173: 65).

Em resposta à crise geral do século X, tentou-se a reorganização conhecida por feudalismo*, e com ele começa a Idade Média Central (séculos XI–XIII). Utilizando material histórico que vinha desde o século IV, aquela sociedade nasceu por volta do ano 1000, conheceu forte expansão populacional e uma conseqüente expansão territorial, da qual as Cruzadas são a manifestação mais famosa. Graças à maior procura de mercadorias e à maior disponibilidade de mão de obra, a economia ocidental foi revigorada e diversificada. A produção cultural acompanhou essa tendência nas artes, na literatura, no ensino, na filosofia, nas ciências. Aquela foi, portanto, em todos os sentidos, a fase mais rica da Idade Média, daí ter merecido em todos os capítulos deste livro uma maior atenção.

No entanto, aquelas transformações atingiram a essência do feudalismo – sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária, fragmentada politicamente, dominada culturalmente pela Igreja. De dentro do feudalismo,

e em concorrência com ele, desenvolveu-se um segmento urbano, mercantil, que buscava outros valores, que expressava e ao mesmo tempo acelerava as mudanças decorrentes das próprias estruturas feudais. Aquela sociedade passou, assim, da etapa feudo-clerical* para a feudo-burguesa*, na qual o segundo elemento foi lenta, mas firmemente, sobrepujando o primeiro – emergiram as cidades, as universidades, a filosofia racionalista, a ciência empírica, as monarquias nacionais. Os conservadores, como Dante Alighieri, lamentaram tais mudanças. Inegavelmente, caminhava-se para novos tempos.

A Baixa Idade Média (séculos XIV-XV) começou com uma crise orgânica, decorrência da vitalidade e da contínua expansão (demográfica, econômica, territorial) dos séculos XI-XIII, o que tinha levado o sistema aos limites possíveis de seu funcionamento. A recuperação, a partir de meados do século XV, deu-se em novos moldes, estabeleceu novas estruturas, porém ainda assentadas sobre elementos medievais: o Renascimento (baseado no Renascimento do século XII), os Descobrimentos (continuadores das viagens dos normandos e dos italianos), o Protestantismo (sucessor vitorioso das heresias*), o Absolutismo (consumação da centralização monárquica). É com esses fenômenos históricos que geralmente a historiografia define a Idade Moderna, porém, como veremos no Excurso 11, eles talvez devam ser entendidos como constituidores de uma Idade Média Tardia (séculos XVI-XVII).

Independentemente da periodização que se prefira – todas têm bons argumentos e inconveniências – o essencial é compreender a dinâmica do sistema social medieval, que pode lançar luz sobre o Ocidente atual, como veremos no último capítulo. Deixando de lado os detratores e os apologistas da Idade Média, ambos errando pelo exagero, não se pode deixar de reconhecer que naquele período a Europa teve sua “criação” (Bloch: 126), seu “nascimento” (142), sua “formação” (131; 136; 264; 149: 15), sua “matriz” (160: 193), sua “infância” (137), seu “aparecimento e gênese” (141: 9). Foi então que se plantaram os “pilares” da Europa, na expressão de dois curadores do Museu Britânico (Lewis e Speakman). Procurando entender o enorme sucesso de seu romance histórico *O Nome da Rosa*, Umberto Eco concluiu que “A Idade Média é a infância à qual temos que voltar sempre para fazer a nossa anamnese” (Eco, 1985: 62). Pela mesma razão, em todo julho-agosto são muito comuns por toda Europa os festivais medievais, com ambientação, roupa e atividades daquela época. A cidade de Provins denomina-se “A Idade Média a uma hora de Paris”.

A Idade Média para os medievais

Enfim, que entendimento tinham da “Idade Média” os próprios medievos? A expressão, claramente pejorativa, como vimos, a rigor não faz sentido, já que toda época é intermediária entre a que a antecedeu e a que a sucedeu. Como é óbvio, as pessoas da suposta “Idade Média” viam-se como modernas, como continuadoras da Roma antiga, dado que continuava a existir um Império Romano, embora sediado em território alemão; na cidade de Roma estava a sede da Igreja à qual o imperador Constantino tinha supostamente doado seu poder e território; a língua da Igreja e dos eruditos por toda Europa ocidental era a da velha Roma, o latim. Mas essa apreciação muito geral e imprecisa necessita ser matizada no tempo e no espaço, e examinada a partir de pelo menos duas grandes vertentes – a do clero, elaborada a partir de interpretações teológicas; a dos leigos, presa a concepções antigas, pré-cristãs. Ou seja, havia uma bipolarização do conceito histórico em função de duas visões distintas quanto ao tempo.

A postura pagã, fortemente enraizada na psicologia coletiva*, aceitava a existência de um tempo cíclico, daquilo que se chamou de “mito* do eterno retorno”. Em outras palavras, as primeiras sociedades só registravam o tempo biologicamente, sem transformá-lo em história, sem consciência de sua irreversibilidade. Isso porque, para elas, viver no real era viver segundo modelos extra-humanos, arquetípicos. Desse modo, tanto o tempo sagrado (dos rituais) quanto o profano (do cotidiano) só existiam por reproduzir atos ocorridos na origem dos tempos. Disso decorria, por exemplo, a importância da festa de Ano Novo, retomada do tempo no seu começo, repetição da cosmogonia, graças a ritos de expulsão de demônios e de doenças.

Tal concepção sofreu sua primeira rejeição com o judaísmo, que vê em Iavé não uma divindade criadora de gestos arquetípicos, e sim uma personalidade que intervém na história. O cristianismo retomou e desenvolveu essa ideia, enfatizando o caráter linear da história, com seu ponto de partida (Gênesis), de inflexão (Natividade) e de chegada (Juízo Final). Tempo linear, mas não ao infinito, como na concepção circular pagã, pois há um tempo escatológico* – que só Deus conhece – limitando o desenrolar da história, isto é, da passagem humana pela Terra.

O cristianismo reinterpretou a história, sem deixar de sentir seu peso, inclusive da mentalidade* cíclica, daí a liturgia cristã basear-se na repetição periódica e real de eventos essenciais como Natividade, Paixão e Ressurreição de Jesus – ao participar da reprodução do evento divino, o fiel volta ao tempo em que ele ocorreu. Quer dizer, a cristianização das camadas populares não aboliu totalmente a teoria cíclica, pelo contrário, influenciou o cristianismo erudito e reforçou certas categorias do pensamento mítico. Em razão disso, pelo menos até o século XII os medievos não sentiram necessidade de maior precisão no cômputo do tempo. O evento que interessava não se conseguia datar: o Fim dos Tempos.

Na espera dele, os medievos pensavam viver em “tempos modernos”, devido à consciência que tinham do passado, dos “tempos antigos”, que podiam ser avaliados de diferentes maneiras. Comparemos três autores, dois do norte francês, um falecido em 1124, outro em 1130, outro inglês, desaparecido em 1210. O primeiro, Guiberto de Nogent, lamenta a ignorância da geração anterior aos *moderni temporis* em que ele vivia. O segundo, Bernardo de Chartres, via nos tempos antigos o fundamento daquilo que os modernos construíam, como mostra sua metáfora dos gigantes e dos anões (usada como epígrafe deste livro). O terceiro, Walter Map, critica a excessiva ligação da sua época ao passado, cujos feitos são lembrados mais do que os do presente: “Coisa espantosa, os mortos estão vivos e os vivos enterrados no lugar deles”. Todavia, bem entendido, “modernidade” não era “progresso”, noção inexistente antes de fins do século XVII e das reflexões do filósofo alemão Gottfried Leibniz.

É inegável que a psicologia coletiva medieval esteve constantemente (ainda que com flutuações de intensidade) preocupada com a proximidade do Apocalipse. A expectativa concentrava-se nas datas redondas, de fins de séculos, sem que isso fosse uma regra. Tanto que, sabe-se hoje, os pretendidos “terrores do ano 1000” foram uma criação historiográfica, não houve nenhum sentimento especial e generalizado de que o mundo fosse acabar naquele momento (211). Em fins do século XVI, o escocês John Napier inventou os logaritmos justamente para melhor calcular a data do fim do mundo. Catástrofes naturais ou políticas eram frequentemente interpretadas como indícios da chegada do Anticristo. Havia uma difundida visão pessimista do presente, apesar de carregada de esperança no iminente triunfo do Reino de

Deus. O suceder das fases históricas acabaria com a Parusia*, quando a história enquanto tal deixa de existir. Nesse sentido, a visão de mundo medieval trazia implícita em si a concepção de um *tempus medium*, precedendo a Nova Era. Tempo dividido em fases, como fariam posteriormente os historiadores modernos, com outros critérios.

A periodização mais comum concebia seis, como os dias da Criação. Porque no sétimo dia Deus descansou, na sétima fase os homens descansarão no seio de Deus. Assim pensaram muitos, de Agostinho (354-430) e Isidoro de Sevilha (560-636) a Fernão Lopes (1380-1460). Também teve sucesso uma concepção trinitária da história, com João Escoto Erígena (c. 830-c. 880), com o maior cronista medieval, o monge cisterciense e depois bispo Oto de Freising (c. 1110-1158) e, sobretudo, com outro cisterciense, Joaquim de Fiore (1132-1202). Para ele, no passado, a Era do Pai tinha se caracterizado pelo temor servil à lei divina; no presente, a Era do Filho distinguia-se pela sabedoria, fé e obediência humilde; no futuro próximo, que começaria em 1260, a Era do Espírito Santo seria a da plenitude do conhecimento, a do amor universal e da liberdade espiritual.

O importante, questão de método hoje plenamente reconhecida, é insistir que a Idade Média, como qualquer outro período histórico, deve, na medida do possível, ser vista com os olhos dela mesma. Como os homens e as mulheres de então avaliaram sua época? Que perguntas se colocaram diante dos mistérios da natureza? Que ansiedades sentiram frente aos imponderáveis da vida? Que esperanças alimentaram para si, seus filhos, sua aldeia, sua cidade, seu reino, para o mundo? Se o historiador ceder à tentação humana de responder tais questões tomando sua própria época como referencial, estará distorcendo o passado, retirando do passado seu valor específico ao vê-lo como simples etapa para alcançar o presente do observador. Toda sociedade, por mais que conheça o passado e por mais que imagine o futuro, vive no presente, é contemporânea de si mesma. Com a sociedade que chamamos de medieval não foi diferente.

Bibliografia

Bibliografia básica: 134, 150, 151, 153, 154, 158, 159, 161.

Bibliografia complementar:

BAURA GARCÍA, Eduardo. *Un tiempo entre luces. La creación del mito de la Edad Media oscura*, Madri, La Ergástula, 2022.

BESSON, Anne; BLANC, William; FERRÉ, Vincent (dir.). *Dictionnaire du Moyen Âge imaginaire. Le médiévalisme hier et aujourd'hui*, Paris, Vendémiaire, 2022.

BLOCH, Marc. *Histoire et historiens*, ed. Étienne Bloch, Paris, Armand Colin, 1995.

DUFAYS, Jean-Michel. “La place du concept de ‘Moyen Age’ dans l’historiographie”, *Revue belge de philologie et d’histoire* (Bruxelas), 65, 1987, p. 257-273. Disponível em <https://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_1987_num_65_2_3582>, acessado em 29/11/2023.

ECO, Umberto. “Dez Modos de Sonhar a Idade Média” [1983], em IDEM, *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios* [1985], trad. Helena Domingos e João Furtado, Lisboa, Relógio d’Água, 2016, p. 84-95.

ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa* [1984], trad. Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI. A Religião de Rabelais* [1942], trad. Maria Lúcia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

GATTO, Ludovico. *Viaggio intorno al concetto di Medioevo. Profilo di storia della storiografia medievale*, Roma, Bulzoni, 1992.

LEWIS, Michael e SPEAKMAN, Naomi. *Los pilares de Europa. La Edad Media en el British Museum*, Barcelona, Planeta, 2016.

MOMMSEN, Theodor Ernst. “Petrarch’s Conception of the Dark Ages” (109: 1942, 426-442).

Excursão 0

HÁ UMA IDADE MÉDIA GLOBAL?

A crescente globalização econômica, tecnológica e cultural verificada desde fins do século XX leva alguns intelectuais a proporem uma História Global que, superando as anteriores histórias nacionais, privilegie os processos de conexão e integração entre povos e regiões. Em certa medida, contudo, é isso que os medievalistas sempre fizeram, visto que as características do período exigem uma história geograficamente alargada (Europa ocidental, Europa oriental, Oriente Médio, Ásia Menor, África do norte), culturalmente aberta (católica, ortodoxa, judaica e muçulmana, latina, vernácula, grega e árabe) e sociologicamente dinâmica (intensa circulação de homens, ideias, estéticas, notícias, mercadorias, germes). O pano de fundo relativamente unitário que permitia falar em Cristandade* facilitava a transmissão de práticas e saberes que reforçava o sentido de unidade ao pôr à mostra as divergências tanto no interior como no exterior daquela unidade.

No entanto, hoje em dia, na época do politicamente correto, alguns medievalistas e historiadores da África, da América e da Ásia julgam que se deveria fazer mais no sentido de uma “História Conectada”, de uma “Idade Média global” (156, 157). Os adeptos da ideia sem conseguirem abandonar a expressão “Idade Média”, existente há mais de quinhentos anos, procuram com um adjetivo mudar seu conteúdo. Desse modo, corre-se “o risco de haver não uma Idade Média unificada e coerente, mas várias Idades Médias tendo como ponto comum apenas sua denominação” (134: 594). Aqueles que acusam o rótulo “medieval” de eurocêntrico, recusam aceitar que a noção de “Idade Média” só pode ser eurocêntrica, porque criada por europeus para a história da Europa, sem pretensão de aplicá-la a outros continentes. Franco Cardini é um dos que alerta que “a categoria ‘Idade Média’ pertence exclu-